

## LEI N°. 17.220 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.006

Dispõe sobre alteração na Estrutura Organizacional da Administração Direta do Município de Marabá - PA; cria a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, fixa mecanismo que estabelece sua estrutura e dá outras providências.

- O Prefeito Municipal de Marabá, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei.
- Art. 1°. Fica criada na Estrutura Administrativa do Município de Marabá a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária.
- Art. 2°. Compete à Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, dentre outras que, posteriormente, fiquem definidas:
- I formular e executar a política fiscal e tributária do município;
- II planejar e executar as atividades referentes ao lançamento, à cobrança, à arrecadação e à fiscalização dos impostos, taxas, multas, contribuições, direitos e, em geral, de todas as receitas ou rendas pertencentes ou confiadas à Fazenda Municipal;
- III manter atualizado permanentemente os sistemas de arrecadação e fiscalização tributária;
- IV avaliar de forma periódica a eficácia, eficiência e pertinência do Código Tributário do Município e formular propostas para seu melhoramento e atualização;
- V exercer a função de cobrança amigável e coercitiva de impostos, taxas, multas, contribuições, e, em geral, de todas as receitas ou rendas pertencentes ou confiadas à Fazenda Municipal;
- VI administrar a Dívida Ativa do Município, bem como, em parceria com a Procuradoria Geral do Município, executar sua cobrança judicial ou de quaisquer outras dívidas que não forem liquidadas nos prazos legais;
  - VII fiscalizar e fazer a tomada de contas dos <u>órgãos de administração</u> centralizada que tenham competências de arrecadação de taxas, multas, contribuições, direitos e de outras receitas ou rendas pertencentes ou confiadas á Fazenda Municipal;
  - VIII exercer atividades de suporte às Secretarias Municipais de Planejamento e Controle e a de Finanças, na elaboração das demonstrações contábeis e das prestações de contas do Município;





IX - acompanhar e controlar a execução de contratos e convênios celebrados pelo Município na sua área de competência;

X - celebrar, nos termos da lei de licitações públicas, contratos com advogados ou escritórios de advocacia, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, para a realização da cobrança de recuperação de crédito fiscal.

XI - desempenhar outras atividades afins.

Art. 3°. Fica criado o cargo de Secretário Municipal de Gestão Fazendária, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Múnicipal, sendo sua remuneração equivalente ao subsídio pago aos demais secretários municipais.

Art. 4°. Em decorrência da criação da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária prevista nesta lei, o inciso II, do artigo 3°, assim como, o inciso XI do artigo 9°, ambos, da Lei 15.121, de 16 de junho de 1.998, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Município:	

II – promover, em parceria com a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a cobrança amigável ou judicial da dívida ativa, tributária ou não, da Fazenda Pública Municipal, funcionando em todos os processos especiais em que haja interesse fiscal do Município."

"Art. 9º - São atribuições	s da Procuradoria Judicial	e Fiscal:

XI – encaminhar ao Secretário Municipal de Gestão Fazendária informações de cobrança executiva dos créditos do Município."

Art. 5°. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a proceder no orçamento da Prefeitura aos ajustamentos que se fizerem necessários em decorrência desta Lei, respeitados os elementos de despesa e as funções de governo.

Art. 6°. O Chefe do Poder Executivo complementará, na medida das necessidades e segundo os recursos existentes, a estrutura administrativa do Município, criando, remanejando, transformando e ou extinguindo, mediante decreto, as unidades e respectivas funções de direção, chefia e ou assessoramento.

Art. 7°. Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado, observados os limites da lei orçamentária, à





proceder ao remanejamento dos recursos necessários à execução da presente lei.

- Art. 8°. A Secretaria Municipal de Administração procederá às modificações que se façam necessárias no Quadro de Pessoal, em decorrência da aplicação deste ato legal.
- Art. 9°. Visando atender as disposições desta lei e das alterações a serem promovidas na estrutura funcional da Administração Municipal, poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal criar, por meio de Decreto, funções gratificadas visando atender a encargos de chefia a serem previstos no Regimento Interno do Município de Marabá, para os quais não se tenha criado cargo em comissão.
- § 1°. A criação de função gratificada dependerá de dotação orçamentária para atender às despesas dela decorrentes.
- § 2°. As funções gratificadas não constituirão situação permanente, e sim vantagem transitória pelo efetivo exercício de cargo de chefia.
- § 3°. Somente será designado para o exercício de função gratificada o servidor efetivo do quadro permanente do Município de Marabá.
- Art. 10. O servidor municipal ocupante de função gratificada, ao deixar de exercê-la, voltará a receber somente a remuneração correspondente ao seu cargo efetivo, sem direito à incorporação de qualquer vantagem financeira acessória.
- Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas através de rubrica própria da lei orçamentária de 2007; não causarão impacto negativo nos Orçamentos Financeiros de 2007, 2008 e 2009; atendem compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, para 2007; e, não afetarão as Metas de Resultados Fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007.
- Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de janeiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marabá, Estado Pará, em 20 de Dezembro de 2006.

em 20 de Dezembro de 2005.



